

RELATO INSTITUCIONAL 2016

Relato Institucional 2016

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnicos- Administrativos e pedagógicos da Faculdade do Recife - FAREC, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP nos campi da FAREC, localizada na Rua Dom Bosco, 1.185 – Boa Vista – Recife /PE e Rua São Miguel, 176 – Afogados – Recife/PE.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2014 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Membros CPA

Representante da IES – Igor Fontes Cadena (Coordenador da comissão)

Representante do Corpo Docente – Sabrina Gomes Santos de Lacerda

Representante do Corpo Discente – Dmitri Ramos de Barros

Representante do pessoal Técnico-administrativo – Paulo Henrique Sabino Lima da Silva

Representante da Sociedade Civil –Jamerson da Silva Lima

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

Contextualização da IES

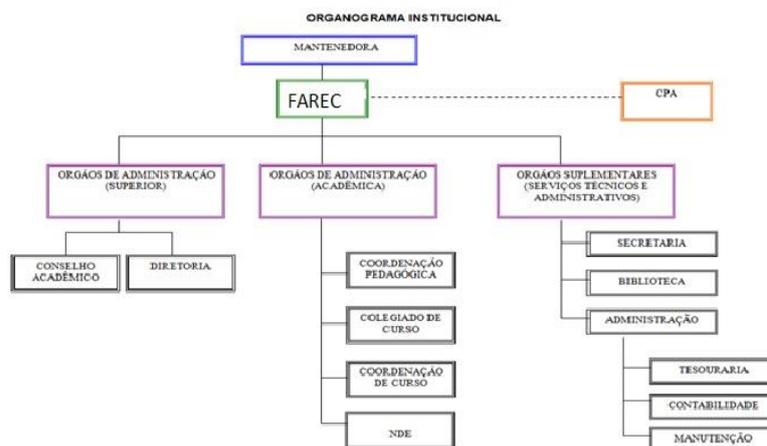
A **FAREC** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da FAREC outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

Organograma da Instituição, a seguir



Histórico da IES

O Instituto Pernambuco de Ensino e Cultura – IPEC, ora denominado Faculdade do Recife – FAREC, conforme Portaria SESu/MEC nº 738, publicada no D.O.U. em 18/06/10, com endereços de funcionamento situados na Rua Dom Bosco, 1.329, Bairro Boa Vista, Rua Camilo Collier, 136, Bairro Cordeiro, e Rua Riachuelo, 178, Bairro Boa Vista, em Recife, Estado de Pernambuco, foi credenciado por meio da Portaria nº 3.708, publicada no D.O.U. em 23/12/02 passou a oferecer **os seguintes programas de graduação (VER TABELA ABAIXO)**

Deste modo, a FAREC se propõe a formação atualizada dos alunos capacitando-os para uma sociedade em constante mudança, por meio de ensino de qualidade que utiliza tecnologias adequadas aos seus projetos, nas áreas das ciências humanas, sociais. A

finalidade maior é promover o desenvolvimento do potencial dos alunos, estabelecendo condições que possibilitem a inserção no mercado de trabalho em condições de competir de modo criativo na solução dos problemas com os quais forem confrontados na busca da construção de uma sociedade melhor.

Cursos da IES

Cursos Autorizados	Ato Legal Autorização	Ato Legal Reconhecimento	Nº vagas
Administração(58592)	Portaria 3709 - 20/12/02 DOU 23/12/02	Portaria 436 – 22/05/07 DOU 23/05/07 Renovação 201001824-09/0310 Avaliado de 12 a 15/08/12	100 N
Ciências Contábeis(58598) 200908116 – 13/07/09	Portaria 3711 – 20/12/02 DOU 23/12/02	Portaria 133 – 27/07/12 DOU 30/07/12 Avaliado 13 a 16/03/11	100 N
Ciência da Computação (99202) 201000839 – 15/02/10	Portaria 961 – 24/11/06 DOU 27/11/06	Portaria 306 – 27/12/12 DOU 31/12/12 Avaliado de 07 a 10/12/11	100 N
Comunicação Social (58600)	Portaria 3712 – 20/12/02 DOU 23/12/02		100 N
Turismo(58596)	Portaria 3710 – 20/12/02 DOU 23/12/02		100 N
Direito(72869) 200905376 – 08/05/09	Portaria 2.169 – 22/07/04 DOU 23/07/04	Portaria 268 – 19/07/11 DOU 20/07/11 Avaliado 17 a 20/11/10	100 N
Fisioterapia(99210)	Portaria 968 – 24/11/06 DOU 27/11/06		100 N

Pedagogia – Licenciatura (91757)	Portaria 942 – 22/11/06 DOU 23/11/06		200 N
Educação Física – Licenciatura (500316) Proc. 200905543 – 12/05/09	Portaria 1.687 24/11/09 DOU 25/11/09		100 N
Enfermagem (5000317) Proc. 200811299 – 02/10/08	Portaria 1.687 24/11/09 DOU 25/11/09		100 N
Serviço Social(5000318) Proc. 200811301 – 02/10/08	Portaria 1.687 24/11/09 DOU 25/11/09		100 N
CST Logística 201204772 – 16/05/12	Portaria 17 – 23/01/13 DOU 24/01/13 (sem visita in loco)		100 N
Educação Física (Bacharelado) 201204771 – 16/05/12	Portaria 17 – 23/01/13 DOU 24/01/13 (sem visita in loco)		100 N
Processos Gerenciais (103838) 201000840 – 15/02/10	Portaria 303 – 17/04/07 DOU 19/04/07 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>	Portaria 133 – 27/07/12 DOU 30/07/12 <i>Avaliado de 31/08 a 03/09/11</i>	50 N
Gestão Hospitalar (103842) 201000840 – 15/02/10	Portaria – 303 – 17/04/07 DOU 19/04/07 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>	Portaria 133 – 27/07/12 DOU 30/07/12 <i>Avaliado de 31/08 a 03/09/11</i>	50 N
Gestão Hospitalar (103842)	Portaria – 303 – 17/04/07 DOU 19/04/07 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>		50 N
Comércio Exterior (5000727)	Portaria 199 – 20/07/09 DOU 22/07/09 Retificada em 20/08/09 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>		100 N

Gestão em Recursos Humanos (5000728)	Portaria 200 – 20/07/09 DOU 22/07/09 Retificada em 20/08/09 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>	201111495 – 09/08/11 <i>Aguarda saída no Grupo</i>	100 N
Marketing (5000729)	Portaria 201 – 20/07/09 DOU 22/07/09 Retificada em 20/08/09 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>		100 N
Gestão Comercial (5000739)	Portaria 202 – 20/07/09 DOU 22/07/09 Retificada em 20/08/09 <i>Avaliado 27 a 29/11/06</i>		100 N
Gestão de Turismo (104574)	Portaria 411 – 08/06/07 DOU 15/06/07 <i>Avaliado 20 a 22/11/06</i>		100 N

No Ano de 2013 a 2017, está previsto, de acordo com o PDI, solicitações para implementação de novos cursos que visão um melhor aproveitamento da capacidade já instalada da FAREC, desta forma foram recebidas as visitas de autorização demonstradas no quadro abaixo: Cursos Solicitados

ANOS	CURSOS	N.º de VAGAS	PERÍODO
2013	Letras	100	Noturno
2014	Psicologia	100	
2015	Nutrição	100	
2017	Farmácia	100	
	CST em Estética e Cosmética	100	

Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, da Faculdade do Recife - FAREC, mantida pela **Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO**, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste

ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase

aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos os questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu aplicar os questionários de forma “ON-LINE”, porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos.

Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;

d - não premiação ou punição;

e - adesão voluntária;

f - legitimidade; e

g – continuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a

participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a - sensibilização;
- b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;
- c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e
- d - divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

Quadro 5: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

EIXO 1:	EIXO 2:	EIXO 3:	EIXO 4:	EIXO 5:
Planejamento e Avaliação Institucional	Desenvolvimento Institucional	Políticas Acadêmicas	Políticas de Gestão	Infraestrutura Física
Considera as dimensões:	Contempla as dimensões:	Abrange as dimensões:	Compreende as Dimensões:	Contempla: (7)

<p>(8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação</p>	<p>(1) Missão e PDI</p> <p>(3) Responsabilidade Social</p>	<p>(2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>(4) Comunicação com a sociedade;</p> <p>(9) Políticas de Atendimento aos Discentes</p>	<p>(5) Políticas de Pessoal;</p> <p>(6) Organização e Gestão da Instituição;</p> <p>(10) Sustentabilidade Financeira</p>	<p>Infraestrutura Física</p>
---	--	--	--	------------------------------

Metodologia de Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos. Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente.

Com isso, podemos afirmar quais ações deveremos realizar e/ou melhorar para o ano 2017

Avaliação do EIXO 1

- Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes;
- Divulgar a CPA e seus resultados através da Central do Aluno e no Portal dos Professores. - Divulgar a CPA e seus resultados através de cartazes, site do IES e coordenadores em sala de aula. - Elaborar pequenos textos de ajuda que expliquem cada questão no formulário dos discentes a fim de diminuir os erros de interpretação.

Avaliação do EIXO 2

- Divulgar as atividades realizadas junto à sociedade civil como forma de informar e criar maior engajamento entre os discentes;
- Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.

Avaliação do EIXO 3

- Sugerir à mantenedora reformulação das aulas de EAD a fim de torná-las mais interessantes e didáticas;
- Reestudar a forma de comunicar com o mercado, dando mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade;
- Divulgar através dos coordenadores de curso, o que é e como funciona a Ouvidoria.

Avaliação do EIXO 4

- Continuar com a política de treinamento e avaliação contínua dos funcionários da secretaria;
- Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado, por exemplo na área de saúde.

Avaliação do EIXO 5

- Divulgar de maneira mais evidente entre o corpo docente o sistema de reserva antecipada de equipamentos para que não haja mais observações quanto à quantidade de data shows;
- Insistir junto à mantenedora por uma solução que proporcione vestiário para os funcionários.